

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



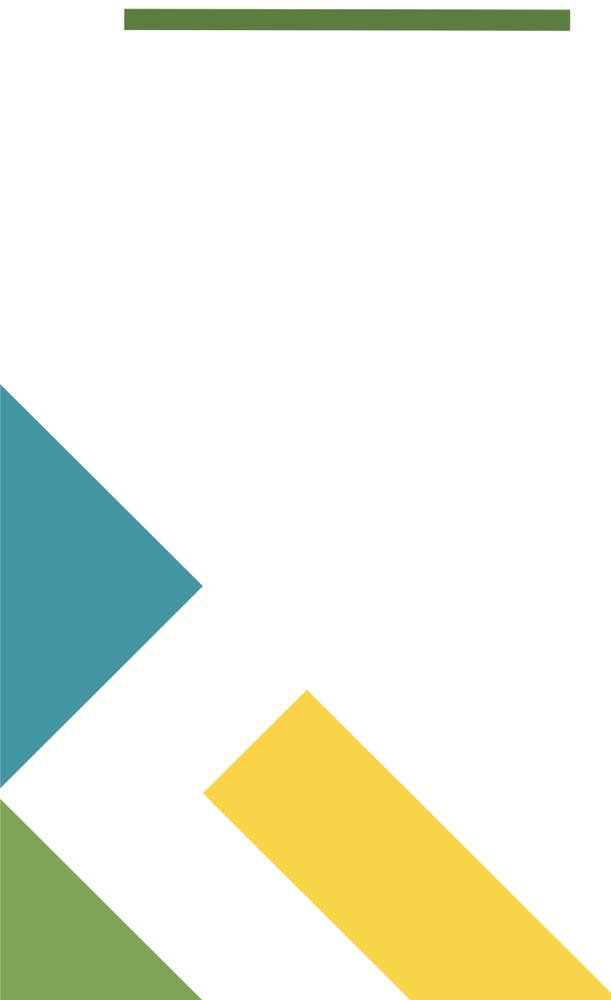
O Congresso Nacional e a Agenda Parlamentar Sindical

André Santos
Abril 2025

CONJUNTURA POLÍTICA

- ✓ Rumos da reforma ministerial – frente ampla ou mínima (Saída de Juscelino União);
- ✓ Instalação das comissões permanentes da Câmara;
- ✓ Comissões mistas para análise de MPs;
- ✓ Interdependência de agendas (LEG/EXEC/JUD);
- ✓ Pacote do governo entregue ao Congresso – PL IR, MP Consignado, PEC da Segurança;
- ✓ Lei geral do licenciamento ambiental;
- ✓ Calendário pré-eleitoral – de olho em 2026;
- ✓ Bolsonaro réu;
- ✓ Eleição Americana;
- ✓ Morte do Papa Francisco.

Executivo Limitado – poder de agenda restrito



Fim da reedição das Medidas Provisórias

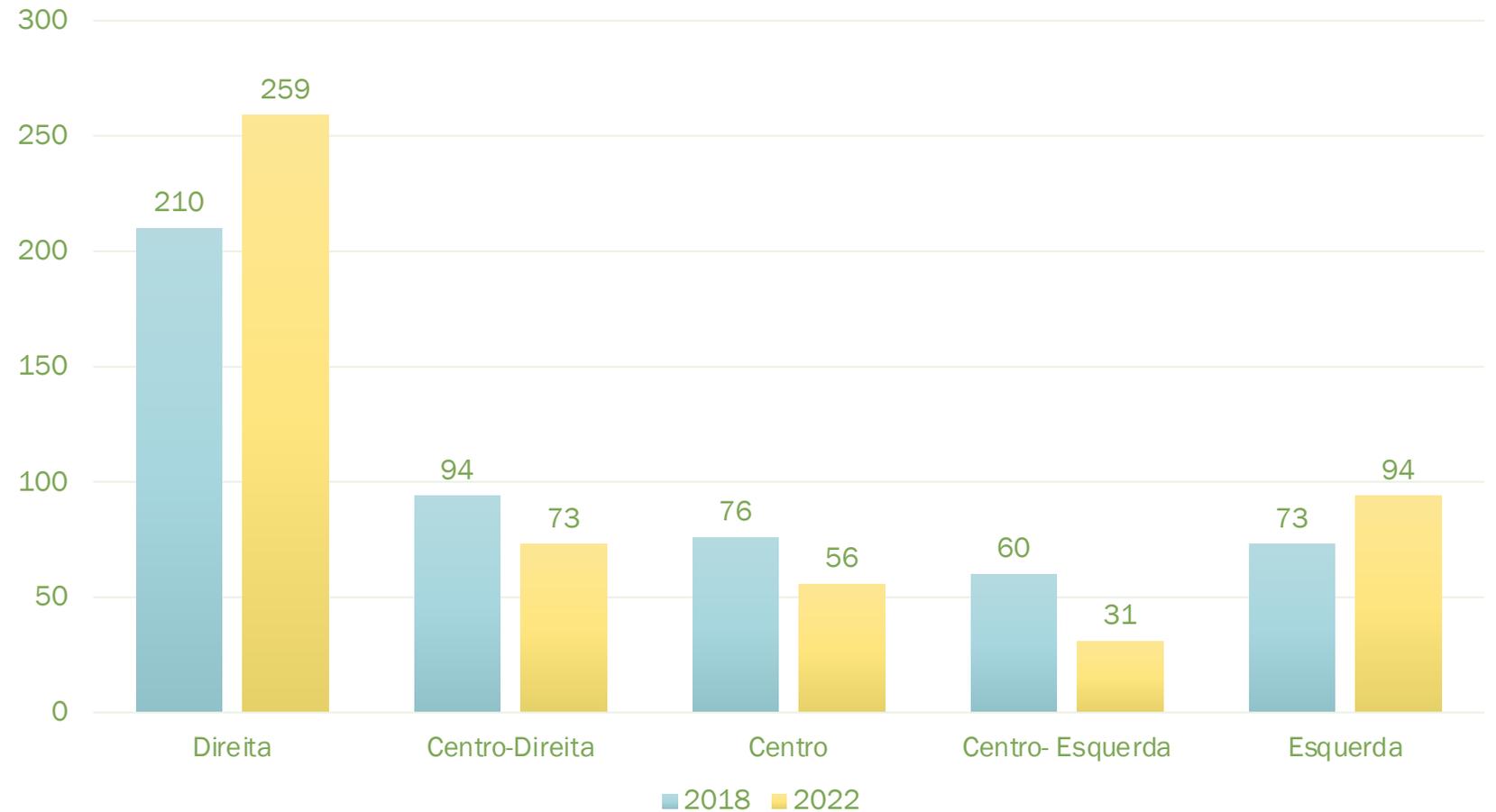
Fim do trancamento da pauta do plenário por MPs

Determinação do funcionamento das Comissões Mistas para análise das MPs

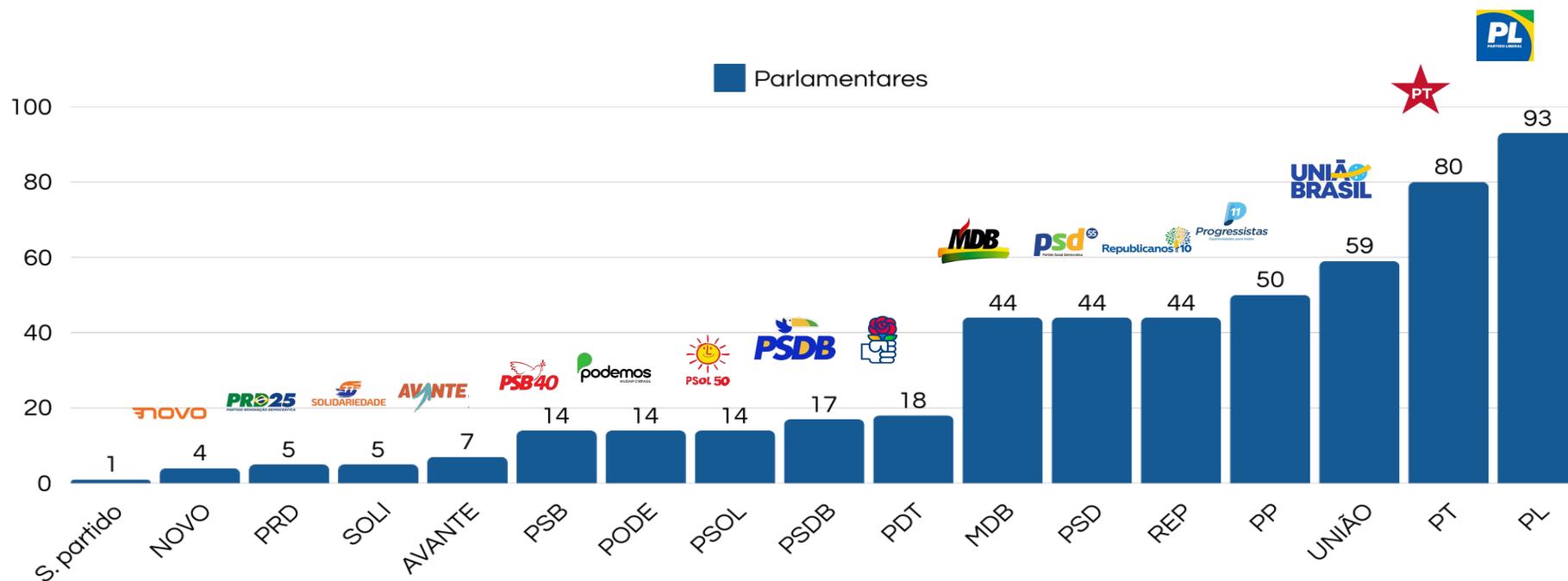
Exigências de votação de Vetos Presidenciais

Mudanças nas regras orçamentarias – Emendas

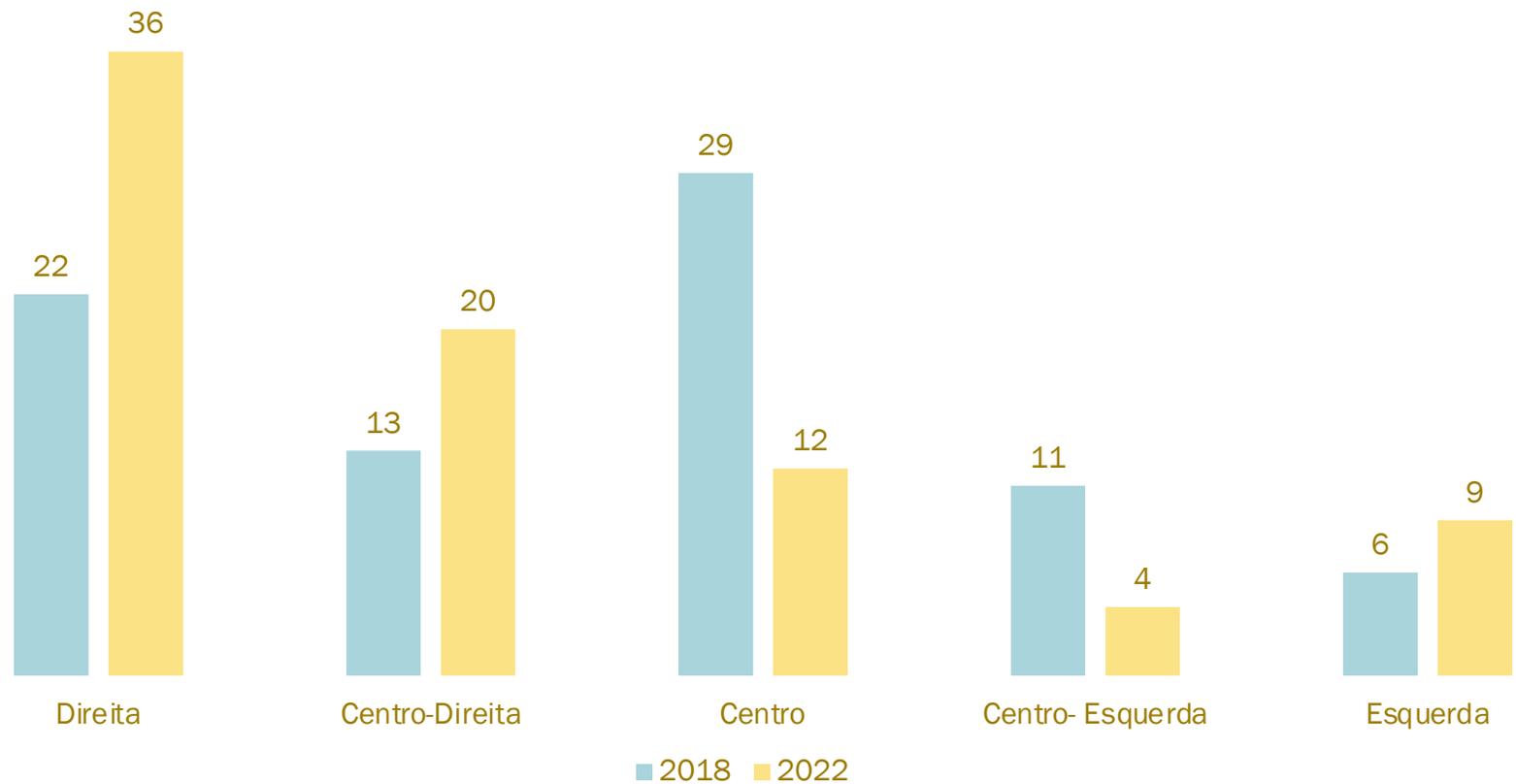
Composição Ideológica Câmara dos Deputados



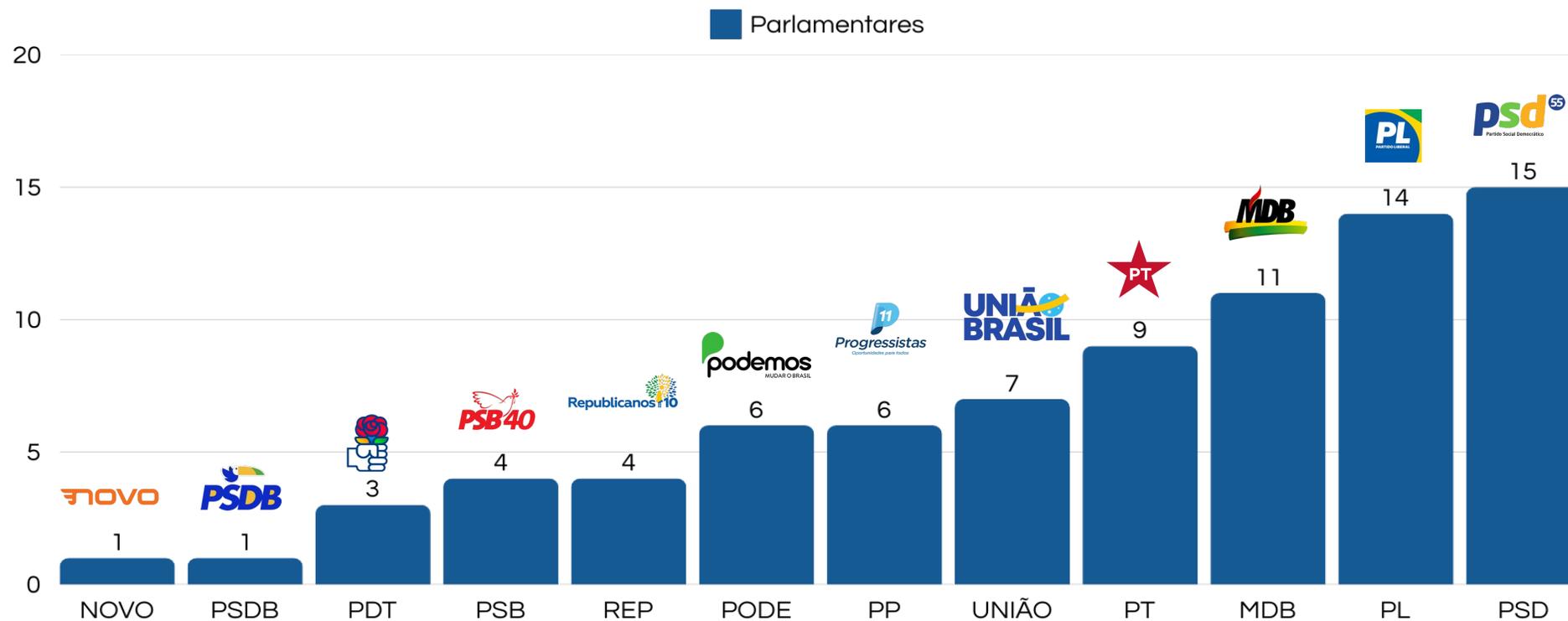
Composição partidária Câmara dos Deputados



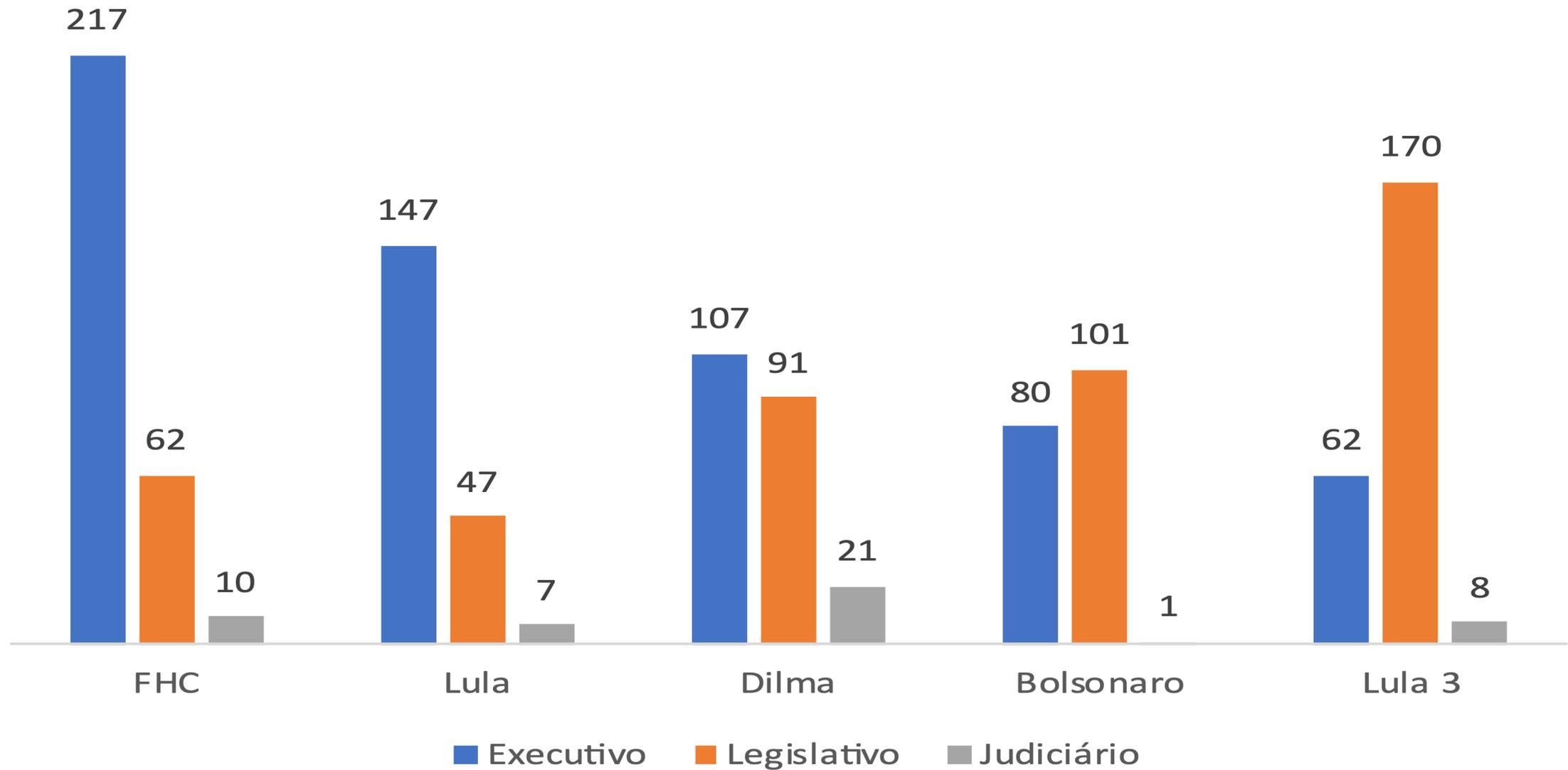
Composição Ideológica Senado Federal



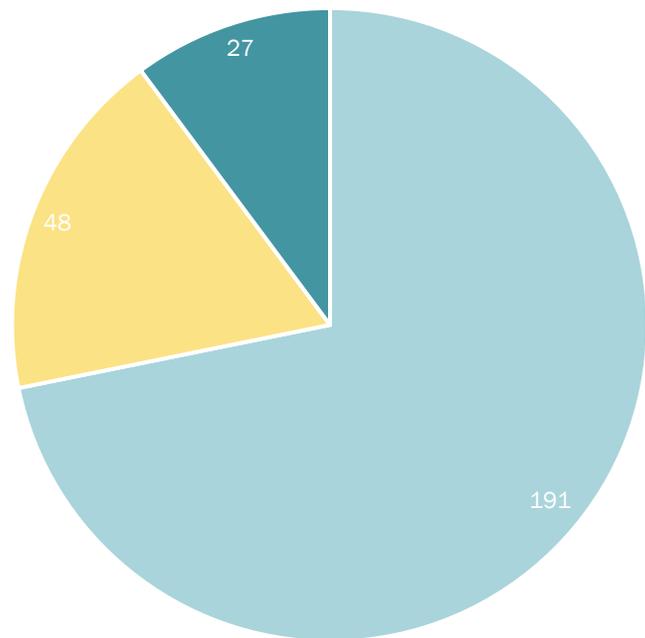
Composição Partidária Senado Federal



Evolução da Produção Legislativa



PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM 2024: CASA LEGISLATIVA DE ORIGEM DAS LEIS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS



■ Câmara dos Deputados ■ Senado Federal
■ Congresso Nacional



Agenda da Centrais

A agenda prioritária das Centrais
Sindicais conta com sete eixos:

- ❖ **Redução da jornada de trabalho;**
- ❖ **Isenção de imposto de renda;**
- ❖ **Novo consignado;**
- ❖ **Regulamentação da inteligência artificial;**
- ❖ **Novas regras sobre aposentadoria especial;**
- ❖ **Direitos aos trabalhadores em plataforma;**
- ❖ **Fortalecimento da negociação coletiva.**



Proposições prioritárias

Fim da Escala 6x1 - PEC 8/2025 – Apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e outros - dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil. O projeto dá fim a escala de trabalho 6x1 e estabelece a jornada 4x3.

Reduz jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos - PEC 221/2019 – Apresentado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) - altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos.

Reduz da jornada de trabalho 40 horas semanais e de forma progressiva até chegar as 36 horas semanais - PEC 148/2015 – Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) – altera a Constituição Federal para reduzir a jornada de trabalho semanal de 44 para 36 horas. A mudança será gradual, começando com uma redução para 40 horas na primeira fase e diminuindo uma hora por ano até atingir o limite de 36 horas semanais.

Redução de Jornada de Trabalho - PL 1105/2023 - Apresentado pelo senador Weverton (PDT-MA) - Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial. O projeto, visa reduzir a jornada de trabalho, sem que haja redução salarial, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. De acordo com as alterações proposta por emendas, em caso de redução com variação no salário, mesmo em acordo individual, o sindicato deverá participar.

Proposições prioritárias

TABELA IR - PL 1087/2025 - Apresentado pelo Poder Executivo -Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas. Altera os valores da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e isente quem ganha R\$ 5 mil por mês

Crédito consignado de empregados - MP 1292/2025- Apresentado pelo Poder Executivo - altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata sobre as operações de crédito consignado de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de trabalhadores regidos pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, e de diretores não empregados com direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais.

Proposições prioritárias

Regimes próprios de previdência social - PEC 6/2024 de autoria do deputado Cleber Verde (MDB-MA) e outros - altera o inciso X do § 22 e insere o § 21-A no art. 40 da Constituição, altera o art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 e revoga os §§ 1º-A, 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição e o § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019. A proposta altera as regras relativas aos regimes próprios de previdência social, dentre eles: adequação à realidade demográfica, inclusão de critérios de incapacidade, redefinição da base de cálculo e alíquota dentre outros.

Regulamenta aposentadoria especial para trabalhadores expostos a substâncias prejudiciais à saúde - PLP 42/2023 - Apresentado pelo deputado Alberto Fraga (PL-DF) - regulamenta o art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, para dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, e dá outras providências. O projeto cria aposentadoria especial aos trabalhadores que exerceram atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Proposições prioritárias

Regulamentação do trabalho de motoristas - PLP 12/2024 - Apresentado pelo Poder Executivo - Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. O projeto estabelece diretrizes para gerir a relação entre os trabalhadores e as empresas operadoras de aplicativos. Como carga horária, direitos previdenciários.

Regulamenta a profissão de Motorista Autônomo de Serviço de Mobilidade Urbana - PL 536/2024 - Apresentado pelo deputado Agrobom (PL-GO) e outros - regulamenta a profissão de Motorista Autônomo de Serviços de Mobilidade Urbana e dá outras providências. O projeto busca manter o caráter privado do serviço e a relação de trabalho autônoma dos motoristas, garantindo-lhes, por outro lado, direitos mínimos em relação à justa remuneração e à transparência na relação com as grandes corporações de tecnologia que controlam os aplicativos, representação por entidade sindical dentre outros.

Proposições prioritárias

Garantia da ultratividade das normas estabelecidas em convenções ou acordo coletivo - PL 2699/2019 - Apresentado pelo ex-deputado Valtenir Pereira (MDB-MT) - altera o § 3º do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a ultratividade das normas estabelecidas em convenção ou acordo coletivo de trabalho até que sejam modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho. O projeto regulamenta o modelo da aderência limitada por revogação das cláusulas negociadas em convenções ou acordos coletivos de trabalho.

Reestruturação de Carreiras e Ajustes Salariais no Poder Executivo Federal - PL 1466/2025 apresentado pelo Poder Executivo - Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Regulamentação da Inteligência Artificial - PL 2338/2023 - dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana.



Ameaças

Ameaças em tramitação

Direitos do Trabalho - PLP 199/24 autoriza estados e DF a legislar sobre questões específicas de Direito do Trabalho. A proposta foi apresentada pelo deputado Luiz Filipe de Orleans e Bragança (PL-SP). **Tramitação:** matéria aguarda despacho para as comissões da Câmara dos Deputados.

Contribuição Assistencial - PL 2.830/19, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que modifica o art. 883-A da CLT, proposta inicial busca reduzir de 45 para 15 dias o prazo a partir da citação do executado para que sofra protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito, em razão de decisão condenatória na Justiça do Trabalho. **Tramitação:** projeto foi aprovado na CAS, sem alterações no mérito. Porém, durante a tramitação no segundo colegiado — CCJ — o relator, senador Rogério Marinho (PL-RN) apresentou parecer com emenda, sobre a cobrança da contribuição pelos sindicatos. O parecer foi aprovado no colegiado e em seguida foi aberto prazo para apresentação de recurso contra a decisão terminativa. O senador Jaques Wagner (PT-BA) foi autor do Recurso 8/24 para que o projeto passe pela análise plenário da Casa. Houve prazo para apresentação de emendas ao projeto em plenário. O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou a emenda # 2 de plenário, que busca regulamentar a cobrança da contribuição assistencial garantindo o direito de oposição dos não filiados. A proposta foi encaminhada para análise da emenda na CAS, onde aguarda designação de relator.

Contribuição Assistencial - PL 2.099/23, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que altera o art. 578 da CLT, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados. **Tramitação:** projeto teve como relator na CAE, o senador Rogério Marinho (PL-RN), que apresentou parecer com 3 emendas, para regulamentar a taxa dificultando a forma de cobrança, que caracteriza prática antissindical. No colegiado, a matéria foi aprovada com votos contrário do senador Paulo Paim (PT-RS), Tereza Leitão (PT-PE) e Jaques Wagner (PT-BA). A proposta foi encaminhada à CAS, cujo relator é o senador Paulo Paim.

Ameaças em tramitação

Organização sindical - PEC 314/04, do deputado Ivan Valente (PSol-SP) e outros, dispõe sobre a organização sindical e dá outras providências. **Tramitação:** aguarda indicação de relato na CCJ.

Competência penal à Justiça do Trabalho - PEC 327/09, do ex-deputado Valtenir Pereira (MDB-MT), modifica o inciso IX e acrescenta os incisos X a XIII ao art. 114, e revoga parcialmente o inciso VI do art. 109 da Constituição, para conferir a competência penal à Justiça do Trabalho, especialmente em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, os decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano. **Tramitação:** aguarda indicação de relato na CCJ

Ameaças em tramitação

Direitos do Trabalho - PLP 199/24 autoriza estados e DF a legislar sobre questões específicas de Direito do Trabalho. A proposta foi apresentada pelo deputado Luiz Filipe de Orleans e Bragança (PL-SP). **Tramitação:** matéria aguarda despacho para as comissões da Câmara dos Deputados.

Sistema Portuário Brasileiro - PL 733/25 regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Dicas e conclusões

- ❖ Dialogar com o Congresso Nacional;
- ❖ Política de base (paroquial - prefeitos);
- ❖ Diminuir o debate ideológico;
- ❖ Procurar pautas aderentes a sociedade;
- ❖ Política de redução de danos.





Obrigado

André Santos

andre@contatosassessoriapolitica.com